

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2025/37156	49404/2025	Proposta à Câmara Municipal
Unidade Administrativa		
DF - DFOP - DIVISÃO		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na informação técnica de suporte à presente decisão.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



DESPACHO

Processo: 42821/2025

Resolução com número e data apresentados na margem

Procedimento: Segurança e salubridade das edificações

Presidente da Câmara Municipal de Braga.

FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

Assunto: Obras de conservação e arranjo estético - audiência dos interessados

Local da obra: Rua António Fernandes Ferreira Gomes, 61, U.F. Ferreiros e Gondizalves, Braga Portugal

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2025/34460 de 22 de Outubro de 2025.

RESOLUÇÃO

De acordo com a informação que antecede, propõe-se a notificação da empresa administradora de condomínio do prédio em apreço, nos seguintes termos:

“De acordo com o artigo 89.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), na sua redação atual, a Câmara Municipal pode a todo o tempo, oficiosamente ou a requerimento de qualquer interessado, determinar a execução de obras de conservação necessárias à correção de más condições de segurança, de salubridade e ao arranjo estético, bem como ordenar a demolição total ou parcial das construções que ameacem ruína ou ofereçam perigo para a saúde pública e para a segurança das pessoas, sendo o proprietário, perante o Município, o único responsável pela realização das mesmas.

Dado o estado em que se encontra a fachada do prédio, com vista a serem repostas as condições de segurança no local e arranjo estético, nos termos do artigo 89.º do RJUE, na sua redação atual, é intenção deste Município ordenar a execução de trabalhos de remoção dos elementos que estão em iminência de queda para a via pública e posterior execução de obras conservação, pelo que, dispõe do prazo de 10 dias úteis para se pronunciar, por escrito, acerca de tal intenção, conforme os artigos 121º e 122º do Código de Procedimento Administrativo (CPA), na sua redação atual.



Findo o prazo, sem que V. Exa. se pronuncie, presume-se a aceitação do presente projeto de decisão, convertendo-se automaticamente em decisão final, dispondo, a partir daí, do prazo de 15 (quinze) dias úteis para remover os elementos em risco de queda para o domínio público, e 30 (trinta) dias úteis, para executar as obras/trabalhos de conservação da fachada e arranjo estético do prédio, sob pena de execução coerciva por parte do Município, a expensas de V. Exa.

Mais se informa que, deverá, previamente, promover todas as diligências e formalidades legais, nos termos do RJUE, na sua redação atual e do CRMB.

Caso preveja ocupação da via publica deverá solicitar a respetiva licença.

Alerta-se V. Ex^a para a responsabilidade civil e criminal que lhe possa advir, caso ocorra qualquer dano para pessoas e bens, resultantes da situação em causa.”

À consideração superior.

Município de Braga, à data da assinatura eletrónica.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

